

DE CABOCLÓ A BRASILEIRO: ESTADO E NACIONALIDADE NO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ*

Mauro Cezar Coelho**

Este trabalho se ocupa da análise dos esforços de introdução de um modelo de identidade nacional no Território Federal do Amapá, através da análise das idéias de nação e de nacionalidade implementadas pelo executivo daquela unidade da federação. Seu objetivo principal é o de evidenciar a especificidade histórica do conteúdo da nacionalidade, no contexto de crítica ao liberalismo e de ascensão das chamadas ideologias totalitárias. Meu argumento encaminha a compreensão de que a idéia de nação e de nacionalidade posta em evidência no Território Federal do Amapá buscava associar a nação ao progresso e o nacional ao trabalhador.

Área compreendida entre os rincões que deveriam ser integrados à nação através de uma ação intensiva do Estado, o Território Federal do Amapá constituía-se em experiência inédita. Possuía habitantes e economia em muito distanciados do panorama previsto pelo Estado para o desenvolvimento das bases do progresso nacional. Importava, então, transformar ambos, integrar o homem e a terra ao modelo antecipado. Tarefas nada fáceis, como percebeu – ainda que não sem ambigüidade – aquele que representou o Estado nos momentos iniciais dessa nova unidade territorial.

* As conclusões apresentadas aqui foram participadas no Simpósio: *Momentos Fundadores da Formação Nacional*, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sob o título «As Margens da Nacionalidade na Fronteira da Nação - A construção da Nacionalidade no Território Federal do Amapá». Muito do que nele se vê, mantém estreita relação com o meu aprendizado como bolsista de iniciação científica e, posteriormente, pesquisador, sob a orientação e direção da Prof^a. Dr.^a Ilana Strozenberg, no então Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos/ECO/UFRJ, entre 1993 e 1996. As reflexões que desenvolvo neste texto se originam nas discussões coordenadas por ela, a quem agradeço as lições sobre a dinâmica da imprensa e sobre as metodologias disponíveis para analisá-las. Wilma Baía Coelho leu e sugeriu alterações valiosas para a compreensão do argumento central – muito obrigado.

** Professor da Universidade Federal do Pará.

Janary Gentil Nunes é agente fundamental para compreender os primeiros movimentos desse empreendimento, não apenas por ter sido o responsável imediato pela sua implementação no Território, mas, por tê-lo feito através da reprodução de uma prática política iniciada por Getúlio Vargas, que implicava na atribuição de um caráter personalista às ações do Estado. Este fator assume importância determinante, uma vez que singulariza o caráter nacional que se queria ver adotado pelos habitantes daquela região, transformando-os – de caboclos em brasileiros.

ESTADO, NAÇÃO E FRONTEIRA - CIDADANIA E NACIONALIDADE

Em suas reflexões acerca do conceito de Estado Nacional, Eliza P. Reis ressalta que sua elaboração deve dar conta de um “processo histórico contínuo”.¹ Seu posicionamento evidencia que o objeto a que se refere o conceito, é uma instância em constante dinâmica de formação e reformulação de suas bases, dentro de uma perspectiva eminentemente histórica, em cujo processo interagem forças sociais, que acabam por conformá-lo. Segundo a pesquisadora, o período que se segue à “Revolução de 30”, se caracteriza pelas iniciativas de modernização, adotadas pelas elites, que buscavam integrar outros segmentos sociais nas bases de sustentação de um novo Estado Nacional, então em formação. Os setores populares urbanos, dentro deste processo, assumiam papel preponderante.

O mecanismo de integração desse segmento consistiu na concessão de direitos sociais aos trabalhadores urbanos que acompanhassem as diretrizes do Estado.² É Wanderley Guilherme dos Santos, no entanto, quem apresenta uma formulação conceitual sobre o modo pelo qual essas camadas populares – representadas pelos trabalhadores urbanos – foram inseridas no jogo político do período. Trata-se do conceito de *cidadania regulada*:

Por *cidadania regulada* entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação

¹ REIS, Eliza P. O Estado Nacional como Ideologia: o caso brasileiro. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, pp. 187-203, p. 188.

² *Ibid.*, pp. 194-196.

ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações *reconhecidas e definidas* em lei. A extensão da cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou ocupações, em primeiro lugar, e mediante ampliação do escopo dos direitos associados a estas profissões, antes que por expansão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade. A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei. Tornam-se pré-cidadãos, assim, todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece. A implicação imediata deste ponto é clara: seriam pré-cidadãos todos os trabalhadores da área rural, que fazem parte ativa do processo produtivo e, não obstante, desempenham ocupações difusas, para efeito legal; assim como seriam pré-cidadãos os trabalhadores urbanos em igual condição, isto é, cujas ocupações não tenham sido reguladas por lei.³

Nele, como se pode perceber, os novos atores se integram ao jogo político através de um sistema imposto pelo Estado. É necessário ter em mente que o Estado pós-revolucionário é resultado de uma crítica ao pensamento liberal. Nas formulações dos seus intelectuais, o liberalismo era tido como a causa de todos os problemas sociais e regionais, em função de sua exclusiva preocupação com o progresso material. Na busca pelo sucesso econômico, entendiam que a questão social teria sido deixada de lado, exigindo uma ação saneadora que resgatasse o homem brasileiro da precariedade a que fora relegado no regime anterior. Daí o imperativo em se estabelecer uma política integrando Estado e Povo.⁴

³ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1987, p.68.

⁴ Sobre a crítica dos intelectuais do Estado Novo ao liberalismo e a formulação de uma ideologia de Estado compromissada com a reformulação do país e os mecanismos de inserção das camadas populares urbanas ao espectro das preocupações políticas ver GOMES, Ângela Maria de Castro: **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988, pp. 205-227.

O singular nessa iniciativa é, como apontam Wanderley Guilherme dos Santos e Angela Maria de Castro Gomes, a formação de um “indivíduo/cidadão definido como o trabalhador brasileiro”.⁵ O trabalhador submetido às determinações do Estado era beneficiado por uma série de políticas sociais, algumas com fins estritamente educacionais, que tinham por objetivo moldá-lo de acordo com o Brasil que se formava: integrado política, econômica e culturalmente.⁶

Esse quadro elaborado pela produção historiográfica suscita um questionamento, com relação a sua aplicabilidade como proposição que busca dar inteligibilidade histórica às relações sociais e políticas vividas no Território Federal do Amapá, logo no início de sua implantação. O questionamento justifica-se diante da distância percebida entre as conformações sociais e políticas vividas naquela unidade da federação, em relação às outras, em função das quais, aquelas políticas de integração foram formuladas. No Amapá, o campo e a cidade não guardavam níveis de similaridade aos seus congêneres, tanto do Nordeste quanto do Sul do país, em função do isolamento que viviam, mesmo em relação ao Estado do Pará, a quem o Amapá estava submetido antes de ser transformada em território.

Os Territórios Federais se caracterizavam pela administração direta do governo federal, através de um governador nomeado. Entre as diversas justificativas para sua criação, encontram-se a proteção das fronteiras e a necessidade de integrá-las à nação, através da economia e da cultura. Segundo os dados recolhidos por Fernando Rodrigues dos Santos, à data da chegada da comitiva que trazia o primeiro governador e seus assistentes, Macapá, elevada logo a seguir ao estatuto de capital do Território, contava com um mil duzentos e oitenta e seis habitantes, sem qualquer serviço público em funcionamento, tais como: fornecimento de energia elétrica, tratamento sanitário, água encanada etc.⁷ Parte da população local, ainda segundo Fernando Rodrigues dos Santos, via a instalação daquele aparato burocrático com indiferença, pois vivera o descaso do governo paraense, a

⁵ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Op. cit. e GOMES, Ângela Maria de Castro. Op. cit., de onde extrai a citação, p. 257.

⁶ GOMES, Ângela Maria de Castro. Op. cit., pp. 257-287.

⁷ Inicialmente, os estudos desenvolvidos por agência do governo indicaram a cidade do Amapá como a capital do Território.

quem fora submetida, e considerava que sob a sua administração, a região se transformara em zona de castigo, para onde eram enviados os funcionários públicos caídos em desgraça.⁸

O primeiro administrador do Território, o Capitão Janary Gentil Nunes, elaborou uma estratégia de ação política que acabou por ser conhecida como Janarismo. Fenômeno pouco explorado por estudos sistemáticos, indica uma prática política abertamente inspirada nas ações de Getúlio Vargas. O primeiro relatório anual, elaborado pelo administrador, para dar satisfação das ações iniciadas a fim de dar cobro aos problemas enfrentados, pode esclarecer sobre o modo pelo qual essa ação política se manifestava.

Cabe iniciar a reflexão sobre seu conteúdo a partir dos problemas que Janary Nunes percebeu como exigindo soluções. O primeiro deles, dizia respeito à saúde da população. Seu relatório afirmava que a quase totalidade da população sofria de endemias tropicais, principalmente malária e verminose. O atendimento médico era precário, havendo um único profissional destinado ao atendimento de todos os habitantes do Território. Nas localidades do interior, os problemas causados pela falta de assistência sanitária eram, ainda, maiores. Em algumas delas, o relatório afirmava que toda a população sofria de impaludismo. Boa parte desses problemas poderia ser atribuído ao regime alimentar baseado na farinha; com cafezinho, pela manhã, e acompanhada de charque ou pirarucu fervido na água no almoço e jantar – este último, ocasional. As residências se constituíam em outro entrave à saúde, pois menos de dez por cento possuíam privadas, e destas, nenhuma delas era acompanhada de instalação sanitária adequada. Os problemas eram tantos que, afirmava, nenhuma casa do Território, salvo as construídas pelo Estado ou seus representantes, poderia ser utilizada por alguém acostumado a algum conforto.⁹

Sobre a educação, relatava um quadro não menos negativo: reportava a existência de sete escolas para vinte e cinco mil habitantes. E sobre elas o juízo não era favorável: péssimas instalações, inexistência de material

⁸ SANTOS, Fernando Rodrigues dos. *História do Amapá – da autonomia territorial ao fim do janarismo: 1943-1970*. Macapá: O Dia, 1998, p. 29.

⁹ TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ. *Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá, em 1944, apresentado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República pelo Capitão JANARY GENTIL NUNES, Governador do Território*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946, pp. 5-6.

escolar e ensino só até o terceiro ano primário. Percebia o resultado disso nas folhas de pagamento dos trabalhadores, nas quais a assinatura freqüente era a datiloscópica do dedo polegar. Quadro similar traçava para a situação dos transportes, das comunicações telegráficas, da provisão de energia e das condições econômicas.¹⁰

O objetivo deste trabalho não é o conceder o estatuto de verdade às considerações do ocupante do executivo do Estado. Ao contrário, a matriz teórica que fundamenta este texto, pressupõe que os discursos não se constituem em reflexo da realidade, mas em formulações intencionais que possuem alguma relação com o vivido.¹¹ Se o texto reporta-se às formulações de Janary Nunes, é porque compreende que representam as bases sobre as quais foram erguidas as políticas visando transformar o caboclo em brasileiro. Senão vejamos.

As colocações do governador do Território caracterizam a região conforme duas categorias básicas: precariedade e isolamento. Precariedade do homem, da paisagem, das estruturas necessárias ao desenvolvimento e, concomitantemente, isolamento que perpetua a debilidade da região. Temas presentes no discurso crítico, desenvolvido a partir da “Revolução” e aprofundado no Estado Novo, em relação à ação liberal na política brasileira.¹² Significativo, nesse sentido, é o fato de que, segundo Alcir Lenharo, as ações de Getúlio Vargas davam conta de uma preocupação com a superação das disparidades regionais:¹³ buscava-se estender ao interior as melhorias vividas pelos espaços urbanos no que tangia ao saneamento, à educação e aos direitos sociais.

¹⁰ *Ibid.*, p. 6.

¹¹ Sobre as reflexões que têm servido de base à essa compreensão vide BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: HUCITEC, 1988; *idem*. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993; *idem*. **Questões de Literatura e de Estética** (A teoria do romance). São Paulo: Ed. UNESP, 1993.

¹² Sobre a crítica ao pensamento liberal no pensamento político nas discussões envolvendo os episódios dos anos 30, ver VESENTINI, Carlos Alberto. A instauração da temporalidade e a (re)fundação na história: 1937 e 1930. **Revista Tempo Brasileiro**, 87: 104/121, out.-dez, 1986, especialmente, pp. 112-116.

¹³ LENHARO, Alcir. **Colonização e trabalho no Brasil**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1986. pp. 15-24.

O panorama formulado por Janary Nunes evidenciava as dificuldades inerentes à realização das propostas elaboradas em nível federal, pois tudo conspirava contra a equiparação do Amapá ao restante do país. Diante de quadro tão adverso, o caminho possível não poderia ser simples, daí a escolha pelo processo educacional, entendido de maneira específica:

No Amapá [a Educação] terá de intervir em todos os setores de atividades: alfabetizando, porque, se aprender a ler e contar não constitui sua finalidade, é, pelo menos, o processo inicial mais necessário para atingi-la; divulgando as regras higiênicas e sanitárias e criando a mística do caboclo sadio para combater o conformismo à doença; executando processos novos de cultura da terra, de assistência à criação; de organização administrativa e social; lutando contra o nomadismo, a casa miserável, família sem tradição, o pauperismo; pregando a fixação ao solo e exemplificando com fatos a possibilidade de ser feliz na cidade ou no interior; propagando o dever de satisfazer os compromissos comerciais, o instinto da economia e o amor ao trabalho; ensinando a alimentação, o vestuário, o exercício, a alegria, o conforto, à criança; inculcando em cada indivíduo a noção de que pertence à coletividade brasileira; difundindo as diretrizes da geopolítica nacional de forma simples e acessível, para que se tomem cogitação popular; plasmando a ânsia de melhorar seu corpo, sua família, sua Pátria.¹⁴

É evidente a relação existente entre essas considerações e as pretensões do governo central, àquele momento, com relação ao campo brasileiro. Alcir Lenharo destaca os projetos que encaminhavam a fixação do homem em um espaço rural modernizado, que facultasse aos seus habitantes o acesso às benesses da vida moderna.¹⁵ Salta aos olhos, no entanto, a iniciativa de, mais que formar o brasileiro, introduzir o Brasil no Amapá.

O caminho escolhido nesse sentido é significativo, pois compreendia um processo educacional atuante em todas as esferas da vida social. Processo

¹⁴ TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ. Op. cit., p. 34.

¹⁵ LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1986: pp. 15-24.

que permitiria a potencialização do capital humano ao suprimir-lhe as dificuldades sanitárias e facultar-lhe a aquisição de técnicas de cultivo e criação.¹⁶ Tratou-se, pode-se dizer, da projeção de uma política que pretendia construir um novo homem, similar às iniciativas estudadas por Edward Thompson com respeito às transformações introduzidas no meio operário inglês, a fim de interiorizar o paradigma industrial nas camadas trabalhadoras.¹⁷ Interiorização que dizia respeito, no caso amapaense, fundamentalmente, à questão do trabalho, pois importava, ali, dar conta da introdução de uma postura diante do trabalho que não estivesse limitada à satisfação das necessidades imediatas, que objetivasse a melhoria das condições de vida — alimentação, saúde, educação.

Não bastava, no entanto, educar a população original, havia ainda que povoar boa parte do território, dado que o número de habitantes era visto como incompatível com o projeto de desenvolvimento proposto. A população, portanto, surgia como a base da riqueza a ser extraída da terra e a garantia do território. Fundava-se, então, o tripé que sustentou a ação *janarista* e que informou e enformou o processo de construção da nacionalidade na fronteira: Sanear, Educar e Povoar. Foi este trinômio que norteou o discurso jornalístico, espaço privilegiado de divulgação e educação, de doutrinação, enfim, no qual se tentava integrar a fronteira à nação que se edificava, naquele momento.

A VOZ DO DONO — A IMPRENSA COMO VEÍCULO DE EDUCAÇÃO

Segundo Nelson Werneck Sodré, a imprensa brasileira vive um processo de transformação a partir dos anos vinte, que pode ser percebido, *grossa modo*, como sendo de modernização.¹⁸ No entanto, esta mudança vivida nos parques gráficos e concretizada numa formatação inovadora, na utilização dos serviços de agências de notícias e na preocupação em atingir um público cada vez maior, não modificou a natureza do discurso jornalístico naquele momento da vida nacional — o seu caráter eminentemente político.¹⁹

¹⁶ TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ. Op. cit., pp. 69 e 24.

¹⁷ Sobre este aspecto ver THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, especialmente pp. 267-304.

¹⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, pp. 419-420.

¹⁹ Sobre a importância da imprensa no cenário político, durante a Constituinte de 1934, por exemplo, ver STROZENBERG, Ilana. *Aquarela do Brasil*. Rio de Janeiro, 1997. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Os homens que formavam os aparelhos governamentais, não se furtavam a esta peculiaridade do discurso jornalístico. Não é outra a razão, segundo Alcir Lenharo, que leva o Estado Novo a fundar uma organização de propaganda, planejada como veículo de dominação por meio da educação. Caberia a este organismo construir uma imagem da nação, ressaltando as ações do Estado no sentido de proteger o trabalhador, através de ações justas que afastavam os conflitos e garantiam o progresso econômico.²⁰

O D.I.P. [Departamento de Imprensa e Propaganda] trabalhou com o objetivo de modificar o caráter do discurso jornalístico: a crítica política, o debate partidário, a expressão da opinião pública foram substituídos pelo discurso pedagógico, personalista, doutrinário, educativo. Seu trabalho resultava em uma alteração da imagem do Estado: não mais o lugar no qual a sociedade é representada, mas o lugar a partir do qual a sociedade é formada, protegida e conduzida.

O S.I.P. [Serviço de Imprensa e Propaganda] constituiu-se no sucedâneo do D.I.P. no Amapá. Suas responsabilidades compreendiam a divulgação dos atos do governo, das informações de interesse público e, também, “organização de festas cívicas, o estudo de fatos históricos e geográficos, a coordenação de todas as atividades intelectuais que visassem à propaganda e conhecimento do Amapá nos outros pontos do país”.²¹ O jornal *Amapá* foi o instrumento do S.I.P. nesse empreendimento. Ele buscou dar conta de uma representação do Estado, da região, da memória regional e nacional. Por se tratar de órgão da administração pública, esteve submetido diretamente aos interesses dos governantes. Composto de quatro a oito páginas, com edição semanal, figurou como único órgão de imprensa no Território Federal do Amapá, nos primeiros anos de sua formação.

O *Amapá* representou, ainda, o modo de fazer política instaurado no Território: a privatização da coisa pública, transformando a ação do Estado em beneplácito do chefe do executivo; tal marca da política brasileira tem sido exaustivamente estudada, conforme aponta Angela de Castro Gomes,²²

²⁰ LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas: Papirus, 1986, pp. 38-39.

²¹ TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ. Op. cit., p. 14.

²² GOMES, Angela de Castro. A Política Brasileira em Busca da Modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lília Moriz. *História da vida privada no Brasil* contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 489-558, pp. 496-497.

no entanto, ela assume uma dimensão adicional no Território Federal do Amapá, pois, se no Brasil, o Estado antecede a nação, como afirmam inúmeros autores, no Amapá o Estado funda a região, forma o cidadão e lhe faculta os meios de exercício da cidadania e da nacionalidade. A postura do poder executivo é clara neste sentido, como se pode perceber na sua avaliação do estado da região ao assumi-la: não há saúde, não há educação, não há economia, não há trabalho, não há ... O Estado surgia, então, como o criador das condições que, no conjunto, fundavam a região, pois introduziam aquilo que permitiria o surgimento de uma comunidade sadia e trabalhadora, integrada internamente e, conseqüentemente, ao país.

Nesse sentido, grande parte das ações do Estado foram apresentadas como sendo ações da pessoa e não do governo. Considerando-se uma amostragem respeitante ao ano de 1945, primeiro ano do *Amapá* e segundo ano de governo, verifica-se a importância que se dá ao governador nomeado.²³ A representação jornalística fazia parecer que partia dele a iniciativa de integrar o Amapá ao Brasil, através de um discurso que, a um só tempo, enaltecia e denegria o elemento nativo, com o fito pedagógico de moldar nele o nacional – o trabalhador, bem entendido. Sobre este

²³ AS ATIVIDADES do Governador Janary Nunes no Rio de Janeiro. *Amapá*, Macapá, 19/04/1945, p. 1; TRABALHANDO pelo Progresso do Amapá permanece no Rio o Governador Janary. *Amapá*, Macapá, 28/04/1945, p. 1; OS MOMENTOS que precederam o regresso do Cap. Janary Nunes do Rio de Janeiro. *Amapá*, Macapá, 19/05/1945, p. 1; CONSTITUIU verdadeira apoteose o regresso do Governador Janary Gentil Nunes. O povo de Macapá, representado por todas as suas classes, esteve presente ao desembarque de S. Excia. *Amapá*, Macapá, 23/05/1945, p. 1; GETÚLIO Vargas e Janary Gentil Nunes. *Amapá*, Macapá, 02/06/1945, p. 1; A MINHA homenagem ao Capitão Janary Gentil Nunes. *Amapá*, Macapá, 02/06/1945, p. 2; MELHORANDO as condições de Saúde no Território do Amapá – O governador Janary Nunes estabeleceu importante convênio com o Serviço de Saúde Pública. *Amapá*, Macapá, 09/06/1945, p. 4; UMA esplêndida noite de recreio e de civismo. Após a apresentação, ao público macapaense, do exímio violonista Mário Rocha verificou-se, em presença do Exmo. Sr. Governador, a posse solene, no cargo de Prefeito municipal desta capital, do sr. Jaci Barata Jucá – Uma inesquecível oração cívica – as palavras do Sr. Capitão Janary Gentil Nunes – Outras Notas. *Amapá*, Macapá, 07/07/1945, p. 1; O CAPITÃO Janary Gentil Nunes regressa da sua excursão ao norte do Território – O governador foi alvo das maiores demonstrações de simpatia e apreço por parte dos habitantes de todas as localidades que visitou. *Amapá*, Macapá, 14/07/1945, p. 1; INSTALADO o Partido Social Democrático no Território do Amapá – Os Diretórios territorial e municipais – A patriótica oração do Sr. Capitão Janary Gentil Nunes. *Amapá*, Macapá, 21/07/1945, p. 1; CABAL aplicação dos dinheiros públicos: O Tribunal de Contas expediu a competente provisão de quitação ao Governador do Amapá, pelo emprego dos quantitativos recebidos para a instalação e administração deste território Federal. *Amapá*, Macapá, 01/08/1945, p. 1.

aspecto, é produtivo considerar dois momentos em que Janary Nunes falou diretamente aos amapaenses, através do jornal. O primeiro foi quando da criação do *Amapá*, em que o governador escreveu artigo, resgatando a importância do caboclo amazônico dos valores que lhe atribuíam – moleza, fraqueza, incapacidade, despreparo – através da recuperação da trajetória de vida a que era submetido, sofrendo as determinações da natureza, por um lado, e o descaso dos governos, pelo outro.

O CABOCLO traz em si uma fortaleza inconquistável: o ESPÍRITO NACIONAL. Para ele o estrangeiro é o homem de língua atrapalhada que arria com qualquer febrezinha e que teme os mosquitos como se fossem fantasmas. É o “brabo” mais errado que conhece. Copia os seus hábitos mas não o inveja. Tomai-o como exemplo, sibiritas do culto aos deuses de fora e do amesquinamento dos próprios.²⁴

Tratou-se de valorizar o caboclo, recuperando sua essência: o espírito nacional. Espírito que não encontrava, todavia, meios de manifestar-se, pois não percebia ressonância naqueles que, vez por outra, vinham em seu encalço, já que não lhes compreendia a língua, não verificava neles a mesma resistência às imposições da natureza, não reconhecia neles, enfim, qualquer traço de afinidade que permitisse a instituição de uma comunidade. Neste elogio ao caboclo constatam-se, então, duas considerações: uma crítica àqueles que não conseguiam reconhecer nele o espírito nacional e o desprezavam em comparações com estrangeiros; e a exaltação do nativo naquilo que ele tinha, ou se esperava que tivesse, de mais importante, um coração brasileiro.

O governador, contudo, não aprofunda a crítica, limita-se a enaltecer o caboclo. Sua crítica pedagógica, pretendendo modificar a prática do elemento nativo, quase se equipara àquela visão normalmente atribuída ao homem amazônico. Em artigo sugestivamente intitulado *O Caminho da Redenção*, Janary Nunes exortava a população do território a produzir mais, para que pudesse alcançar o almejado progresso.

Percorrendo o interior da Amazônia, verifiquei, com tristeza, o hábito sistemático de nosso caboclo desprezar

²⁴ NUNES, Janary Gentil. Caboclo. *Amapá*. Macapá. 19/03/1945, p. 1.

o concurso do número para a orientação de sua existência. Não sabe quantos paneiros de farinha a roça produz nem tão pouco a quantidade de sementes oleaginosas que entregou ao «patrão».

Raro é o vaqueiro que responde à pergunta de quantas cabeças de gado estão sob a sua guarda, embora as conheça uma por uma pelo batismo dos apelidos românticos, exóticos ou sentimentais que lhe dá. Inúmeros são os que ignoram o movimento do seu débito e do seu crédito sujeitando-se a uma exploração permanente.

Precisamos reagir contra esse vício que bem revela o desprezo pela produção. Há falta de ambição e de eficiência. Combatemos essa tara de nosso caráter e de nossa formação. De nada adiantará o esforço isolado. Levemos para a barraca do agricultor, do seringueiro, do pescador, do castanheiro, para todos os lares da Amazônia, dos que moram nas cidade, dos que se juntam em torno dos «barracões» ou dos isolados nas beiras dos rios sob a sombra da selva – a evidência da necessidade de produzir mais. Esse será o caminho da redenção do nosso caboclo e do levantamento do nível de vida do brasileiro.²⁵

O texto é sugestivo, pois se refere a um vício do caboclo sem reproduzir formulações pejorativas, como indolência, preguiça, despreparo etc., ao contrário, encaminha uma visão crítica, com objetivos pedagógicos, ao destacar o problema com o intuito de sugerir sua superação. A razão de tamanho cuidado é evidente: Janary Nunes estabelecia um vínculo identificador entre ele e a população que esperava transformar, assim, afirmava ser necessário reagir contra essa “tara de *nosso* caráter”. Acrescentava, então, a solução, o *caminho da redenção*: a interiorização de um novo paradigma, que recusava a subsistência e instituiu o excedente. Não parece restar dúvida de estarmos diante do encaminhamento de um processo que esperava ver o caboclo internalizando uma visão de mundo pautada nos ditames do capitalismo.

A indicação do *caminho* por Janary Nunes dá conta de seu papel nesse processo de transformação da região, tal como o *Amapá* o concebeu. Pouco antes da publicação deste artigo, o jornal inaugurou uma nova coluna,

²⁵ Ibid., O Caminho da Redenção. *Amapá*, Macapá, 16/03/1946. p. 1.

denominada Comentário da Semana. Como o título sugere, a coluna não se ocupava de nenhuma temática em especial, de modo que, a cada semana, abordava-se um novo assunto; algo, no entanto, permaneceu como tópico de fundo: a valorização das ações do governo em todas as instâncias: na resolução da questão sanitária;²⁶ na busca por alternativas para o incremento da economia;²⁷ na reformulação urbana de Macapá (capital do Território);²⁸ na introdução da água potável;²⁹ no melhoramento da saúde do homem amazônico;³⁰ na reforma educacional,³¹ restringindo-se, apenas, a uma amostragem do ano de 1946. Significativo, no entanto, foi o Comentário da Semana do dia trinta de março de 1946 sobre o modo pelo qual funcionaria a democracia no Amapá. Dizia o articulista que, no Amapá, a democracia exercia-se de modo claro, inequívoco, pois não haveria nenhum intermediário entre o governante e o povo. Janary Nunes seria o exemplo do político democrático, pois a todos recebia, sempre com um sorriso estampado no rosto e a disposição em resolver os problemas de todos, desde o mais importante comerciante até o mais humilde amapaense que lhe viesse pedir acolhida.³² Interessante idéia de Democracia que se funda não na impessoalidade e na representação dos diversos segmentos sociais no encaminhamento das questões públicas, mas na personalidade, no favor, na promoção de um amálgama entre Estado e Governante.³³

Partiu, pois, de Janary Gentil Nunes, o governador indicado para o Território, a condução do processo de integração do Amapá ao Brasil, razão primeira da criação dessas unidades da federação. Como que reproduzindo em pequena escala o modo de fazer política de Getúlio Vargas em nível nacional, Janary Nunes elaborou um discurso no qual a formação da região, do seu progresso, a memória do seu passado, o modo pelo qual as transformações deviam ser postas em curso, tudo, enfim, que se referia ao futuro, surgia como sendo obra sua.

²⁶ COMENTÁRIO da Semana. *Amapá*, Macapá, 02/03/1946, p. 4.

²⁷ COMENTÁRIO da Semana. *Amapá*, Macapá, 16/03/1946, p. 2.

²⁸ COMENTÁRIO da Semana. *Amapá*, Macapá, 23/03/1946, p. 8.

²⁹ COMENTÁRIO da Semana. *Amapá*, Macapá, 20/04/1946, p. 3.

³⁰ COMENTÁRIO da Semana. *Amapá*, Macapá, 04/05/1946, p. 2.

³¹ COMENTÁRIO da Semana. *Amapá*, Macapá, 20/07/1946, p. 2.

³² COMENTÁRIO da Semana. *Amapá*, Macapá, 30/03/1946, p. 1.

³³ Sobre os vícios que a importância do personalismo traz à vida brasileira ver, especialmente, DA MATIA, Roberto da. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Assim, a nacionalidade – entendida neste momento como a conformidade ao modelo de cidadão formulado pelo Estado Novo – encontrou na fronteira uma peculiaridade: se, no Estado Novo, ela foi vivida em função do trabalho, conforme as colocações de Wanderley Guilherme dos Santos, no Amapá ela o foi em função da relação com o Estado, na figura de Janary Gentil Nunes. O discurso veiculado pelo *Amapá* encaminha a formulação de uma hipótese: o fato de o Estado ter sido, a um só tempo, o investidor, o empregador e o fiscal e, enfim, ter pautado a gênese da unidade territorial, em tudo que ela implicava, fez com que a sua importância assumisse dimensões singulares. Assim, não haveria, no âmbito do território, grupo social que, articulado, se constituísse com o Estado, nem elite que se utilizasse dele para exercer sua vontade – haveria o Estado, como promotor de tudo, da elite, do trabalhador, do cidadão, do povo, enfim, do Brasil, no Amapá.

A EDUCAÇÃO PARA A NACIONALIDADE

A pedagogia do exemplo foi estratégia corriqueiramente utilizada para formar a idéia de nacionalidade junto aos habitantes do Território Federal do Amapá. Concentrar-se em um dos momentos no qual ela foi recorrente, pode elucidar sobre o conteúdo da idéia de nacionalidade que transformaria caboclos em brasileiros; sempre um momento de festa e de civismo, como foi o conjunto de eventos que comemorava a Semana da Pátria de 1945. A preocupação educacional é evidente no cuidado para que todos compreendam a importância da data e das solenidades.

Nas semanas anteriores à festa, uma série de matérias de conteúdo ufanista foram publicadas no *Amapá*. É o caso do artigo *A Semana do Civismo*, que enfatizava a importância da Semana da Pátria como mecanismo educativo, por ressaltar as ações virtuosas e exemplares dos heróis da nação, entre os quais reinava absoluto Tiradentes.³⁴ Na edição seguinte, deu-se seqüência ao culto aos heróis da nação, através das notícias da sessão do Instituto Histórico sobre o Dia do Soldado,³⁵ de artigo sobre

³⁴ MARQUES, Glicério. A Semana do Civismo. *Amapá*, Macapá, 25/08/1945, p. 3.

³⁵ COMO decorreu a sessão do Instituto Histórico no Dia do Soldado. *Amapá*, Macapá, 01/09/1945, p. 6.

Joaquim Caetano da Silva³⁶ e de texto convocando a população a participar dos festejos:

Todos os brasileiros devem comparecer aos festejos em que se homenageiam nossos heróis, levando na lapela ou no vestido a fita verde-amarela. Introspectivamente, jovens e idosos devem considerar a grande responsabilidade que têm para com a Pátria. Do esforço coletivo surgirá um Brasil maior para glória nossa e de nossos filhos.³⁷

No dia que marcava o ponto máximo da festa, nova convocação³⁸ e uma mensagem do governador:

BRASILEIRO!

7 DE SETEMBRO não deve ser apenas a evocação inerte e contemplativa das glórias de ontem – mas o «toque de reunir» que nos conclama para a construção do futuro. Revive, nesta data, ano a ano, como se fora a cerimônia da iniciação cívica de cada geração que surge, a ânsia sagrada que herdamos do sangue heróico de nossos avós, de conquistar com inteligência, tenacidade, trabalho e fé – o ideal que o DIA DA PÁTRIA simboliza – O BRASIL. PRIMEIRA POTÊNCIA DO MUNDO.³⁹

Na mesma edição, noticia-se a inauguração da Praça Joaquim Caetano, destacando-se um discurso, do qual reproduzo o final:

O governo territorial grava de maneira fácil e inteligente, o nome do grande historiador brasileiro na memória

³⁶ JOAQUIM Caetano da Silva. O Paladino da Recuperação do Amapá. **Amapá**, Macapá, 01/09/1945, p. 1.

³⁷ AS COMEMORAÇÕES da Semana da Pátria. A Significação do 7 de Setembro – Programa dos Festejos que durarão até dia 13, data de criação dos Territórios. **Amapá**, Macapá, 01/09/1945, p. 1.

³⁸ SETE de Setembro. Reverenciando a memória dos heróis da Independência, os brasileiros reafirmam sua fé e esperança nos destinos do Brasil. Como será comemorada no Território a data maior da nossa História. **Amapá**, Macapá, 07/09/1945, p. 1.

³⁹ NUNES. Janary Gentil. **BRASILEIRO!** **Amapá**, Macapá, 07/09/1945, p. 1.

popular, inscrevendo-o numa praça que será brevemente um logradouro público muito frequentado. Ao mesmo tempo deixa mais um traço de sua inextinguível atividade construtora, pois, num lugar onde era antigamente mata cerrada, já se elevam construções modernas e surgem novas ruas, numa demonstração eloquente de que o esforço de Joaquim Caetano da Silva não foi em vão, porquanto isto aqui é Brasil e está progredindo sob o impulso do cérebro e do braço de brasileiros!⁴⁰

Evidencia-se, em todas as falas relativas à festa cívica, o substrato ideológico que as conforma: traçar um vínculo entre as personagens históricas [e as suas ações] e o processo vivido no Território naquele momento: Tiradentes defendera o Brasil, Joaquim Caetano da Silva defendera um Amapá brasileiro e Janary Nunes continuava a obra de ambos, resgatando o Amapá do atraso. A inauguração da praça se prestava à edificação de um símbolo da atividade empreendedora do governo, pois representava a concretização das promessas de progresso, consubstanciadas no projeto de criação dos territórios federais.⁴¹

Como se pode notar, a cobertura jornalística das comemorações sintetizam a razão mesma da existência do *Amapá* – instituir uma memória da nação e o seu panteão, assim como apontar um outro herói, que deveria reunir-se aos demais, o Governador Janary Nunes. Assim, a valorização dos antepassados gloriosos é ladeada pela valorização das ações do governo e da figura do seu ocupante. Mas tal empreendimento só teria respaldo, caso a sociedade percebesse mudanças que sinalizassem o alcance das transformações prometidas, que permitissem o reconhecimento da sua elevação à categoria de unidade da federação atendida nas suas necessidades. Neste sentido, o jornal requer atenção redobrada, pois cuidou de expor, quotidianamente, a luta do governo local na busca por soluções e o sucesso quase sempre atingido. A coluna Fomento da Produção, por exemplo, registrava e elogiava os esforços para obtenção de recursos,

⁴⁰ INAUGURADA a Praça Joaquim Caetano. *Amapá*, Macapá. 07/09/1945, p. 1.

⁴¹ A DATA da criação dos Territórios Nacionais. As comemorações do dia 13 do corrente demonstram o esforço da administração pública durante um espaço relativamente curto. *Amapá*, Macapá. 15/09/1945, p. 1; O PRIMEIRO Biênio de uma Administração laboriosa e profícua que orgulhece o Brasil. *Amapá*, Macapá, 19/01/1946, p. 1.

exploração das riquezas naturais, importação de técnicas e formação de capital humano.⁴²

O jornal dava destaque, ainda, ao estabelecimento de relações comerciais com outras regiões,⁴³ a inversão de capitais externos na região,⁴⁴ e a introdução dos serviços essenciais, como a distribuição de água.⁴⁵ Reunidas, tais temáticas acabavam por representar, respectivamente, a integração do Amapá ao país, a importância do território em âmbito nacional, uma vez que era objeto de investimentos e, talvez o mais importante no processo educacional, a presença do Estado na vida ordinária da população.

Foi através de matérias de cunho eminentemente normativo, publicadas naquele periódico, com as quais o governo tencionou exercer uma intervenção em todas as atividades da vida do caboclo, que se pode perceber a amplitude do processo educacional assumido pelo Estado naquele momento. Ao lado das matérias direcionadas à educação cívica, freqüentes na pauta,⁴⁶ verificam-se aquelas que pretendiam atingir aspectos mais prosaicos da vida:

⁴² FOMENTO da Produção. **Amapá**, Macapá, 28/07/1945, p. 4; 11/08/1945, p. 2; 25/08/1945, p. 3; 07/09/1945, p. 3; 06/10/1945, p. 2; 27/10/1945, p. 4; 10/11/1945, p. 3; 01/12/1945, p. 4; 15/12/1945, p. 2; 12/01/1946, p. 2; 23/02/1946, p. 2; 02/03/1946, p. 209/03/1946, p. 2; 13/04/1946, p. 3; 06/07/1946, p. 2; 05/12/1946, p. 2.

⁴³ O TERRITÓRIO do Amapá na primeira exposição da Feira de Amostras da Amazônia. **Amapá**, Macapá, 16/06/1945, p. 1; O AMAPÁ na Feira de Amostras de Manaus. **Amapá**, Macapá, 25/08/1945, p. 4; A ASSOCIAÇÃO Comercial do Amapá convidada a participar do I Congresso Econômico do Oeste. **Amapá**, Macapá, 15/09/1945, p. 1.

⁴⁴ APLICAÇÃO de verbas para o Fomento Agrícola do Amapá. **Amapá**, Macapá, 11/08/1945, p. 4; FOI autorizada a Extensão da Linha Aérea da Cruzeiro do Sul até o Oiapoque. **Amapá**, Macapá, 22/09/1945, p. 1; CRÉDITO para o desenvolvimento e melhoria da pecuária no Amapá. **Amapá**, Macapá, 19/01/1946, p. 1.

⁴⁵ MACAPÁ vai ter água encanada. É imprescindível maior número de operários. Fala-nos, sobre o assunto, o mr. John Caffney. **Amapá**, Macapá, 26/01/1946, p. 5; ABASTECIMENTO de Água em Macapá. **Amapá**, Macapá, 27/04/1946, p. 2; SERVIÇO de Águas de Macapá. **Amapá**, Macapá, 03/08/1946, p. 1; COM a presença de altos dirigentes do SESP, serão inaugurados hoje o Sistema de Abastecimento D'água e o Clube de Saúde de Macapá. **Amapá**, Macapá, 12/10/1946, p. 4; A SOLUÇÃO do Problema da água em Macapá -- Em cada esquina de Macapá há uma bica para a população. **Amapá**, Macapá, 02/11/1946, p. 2.

⁴⁶ TRÊS Homens e Um centenário. **Amapá**, Macapá, 19/04/1945, p. 1; O CENTENÁRIO de Rio Branco nas Escolas do Território. **Amapá**, Macapá, 28/04/1945, p. 1; TIRADENTES e a significação da sua morte. **Amapá**, Macapá, 28/04/1945, p. 2; HÁ cinquenta anos, o heroísmo de um pugilo de braves legava ao Brasil o Território do Amapá. Lutou com "Cabralzinho" pelo mesmo ideal patriótico. Fala-nos Manoel Damasceno, o único sobrevivente da epopeia de 1895. **Amapá**, Macapá, 19/05/1945, p. 4.

Alimente-se bem!

Almoço sadio: Bife, Batata doce, Farinha d'água, Arroz, Feijão, Manteiga, Pão, Leite, Banana, Café.

TRABALHADOR: O ferro é um dos elementos mais importantes na manutenção da boa saúde. É no nosso sangue que ele se encontra em maior quantidade.

Quando falta ferro no sangue a pessoa torna-se anêmica, o que é o mesmo que dizer, pálida, amarela, sem apetite e sem energia para cousa alguma.

Para evitar a anemia devemos, então, cuidar que não falte ferro em nossa alimentação. No cardápio acima temos dois alimentos muito ricos em ferro: a carne e o feijão. A banana e a batata doce também têm boa quantidade.

Todos devem beber água filtrada. Se isso for feito, quase não haverá diarreia, desintéria, desmancho. Porque os micróbios dessas doenças frequentemente se encontram na água comum que se bebe.

TRABALHADOR: vela pela tua saúde. Quem tem saúde trabalha melhor e vive mais alegre e feliz. A boa alimentação e os bons hábitos higiênicos valorizam o homem.

A água filtrada é uma boa garantia de saúde e todos os lares devem possuir o seu filtro.

A ESPOSA DO TRABALHADOR

Cuide da alimentação dos seus, mesmo com sacrificio. Procure fazer com que todos em sua casa «gostem» de verduras, frutas, legumes, ovos e leite. Plante a sua horta, crie galinhas, sirva diariamente na mesa um prato de verduras.

A VIDA HUMANA DEPENDE DO ALIMENTO. BEM NUTRIDO, O TRABALHADOR AUMENTA A CAPACIDADE DE TRABALHO E A SAÚDE E SENTE MAIOR ALEGRIA DE VIVER.⁴⁷

⁴⁷ ALIMENTE-SE bem! Amapá, Macapá, 15/09/1945. p. 3.

O destaque dado a este texto deixa clara a importância que tinha para o governo. A questão alimentar era prioritária,⁴⁸ pois sua resolução era vista como o encaminhamento adequado para dar fim aos problemas sanitários, condição essencial para a formação de um corpo de trabalhadores aptos a efetivarem os projetos de desenvolvimento para a região. Dar cabo das doenças, contudo, era um objetivo considerado de difícil execução, pois implicava, na visão do governo, dar fim à indiferença da população diante das enfermidades.⁴⁹ Formar trabalhadores era, pois, a razão das freqüentes matérias sobre as ações do Estado na erradicação das doenças,⁵⁰ do analfabetismo⁵¹ e no estabelecimento de um sistema de educação infantil⁵² e de educação para o trabalho.⁵³

A preocupação do governador em desenvolver um processo pedagógico, que tivesse impacto em todas as manifestações da vida do caboclo amapaense, materializou-se através da adoção de uma postura que pretendia atingi-lo nos diversos níveis da sua existência social. Havia que torná-lo apto para o trabalho, tanto do ponto de vista físico quanto do intelectual. Assim, justificavam-se as iniciativas no sentido de reformular a sua dieta alimentar, os seus hábitos de higiene, o modo pelo qual se educavam as crianças, as ferramentas necessárias ao trabalho. Pretendia-

⁴⁸ O MELHOR alimento. **Amapá**, Macapá, 14/07/1945, p. 1; BASTOS, A. de Miranda. As falhas de nossa alimentação. **Amapá**, Macapá, 30/03/1946, p. 1.

⁴⁹ TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ, *Op. cit.*, p. 69.

⁵⁰ MELHORANDO as Condições de Saúde no Território do Amapá – O governador Janary Nunes Estabeleceu Importante Convênio com o Serviço de Saúde Pública. **Amapá**, Macapá, 09/06/1945, p. 4; RÁDIO Teatro da Saúde – Novo programa de rádio em prol da educação sanitária. **Amapá**, Macapá, 07/09/1945, p. 4; INAUGURADO o Posto de Puericultura “Iracema Carvão Nunes”. **Amapá**, Macapá, 06/10/1945, p. 1.

⁵¹ DECRESCÉ animadoramente o número de analfabetos no Território. **Amapá**, Macapá, 23/06/1945, p. 2; O SUCESSO das Escolas Norturnas. **Amapá**, Macapá, 14/07/1945, p. 2; ALFABETIZEM-SE operários! **Amapá**, Macapá, 25/05/1946, p. 4; MARCHANDO a passos largos, para a extinção do analfabetismo. **Amapá**, Macapá, 20/07/1946, p. 4; MAIS Uma Escola de Alfabetização Do Território. **Amapá**, Macapá, 30/11/1946, p. 2.

⁵² COMO se obtém uma escola. **Amapá**, Macapá, 14/04/1945, p. 1; A MELHOR cruzada. **Amapá**, Macapá, 30/06/1945, p. 2; NOVAS escolas para educar a infância. **Amapá**, Macapá, 04/08/1945, p. 3.

⁵³ COOPERATIVA Escolar de Macapá. **Amapá**, Macapá, 18/08/1945, p. 6; COOPERATIVAS Escolares de Macapá e Mazagão. **Amapá**, Macapá, 16/03/1946, p. 3; CURSO de Iniciação Agrícola. **Amapá**, Macapá, 22/02/1947, p. 1.

se, assim, prepará-lo para uma dinâmica que ultrapassasse a preocupação com a manutenção da subsistência e que estivesse ocupada com a produção de excedentes que trouxessem a riqueza e instituísem o progresso.

Dentro dessa perspectiva, é importante notar que o Território Federal do Amapá foi criado pouco depois de se descobrirem jazidas de ferro na área que viria a conformar seus limites. O fracasso das iniciativas de exploração não impediram novas pesquisas, como as que foram realizadas com o material encontrado por um garimpeiro em 1941 e que revelaram tratar-se de manganês de excelente qualidade.⁵⁴ O minério foi explorado pela ICOMI (Indústria e Comércio de Minério Ltda.), após instalar-se no Território.

O aparelho burocrático do Estado, a indústria de extração de minério e os projetos de desenvolvimento da região exigiam um tipo de trabalhador não encontrado no Amapá dos primeiros anos de território. O Estado assumiu para si, então, a tarefa de moldá-lo e o fez, por conseguinte, em acordo com os seus pressupostos fundamentais. A documentação jornalística evidencia a preocupação do governo em promover a educação do caboclo “em todos os setores de atividades”, em casa e na rua, na escola e no trabalho, no clube e na Igreja. A clara intenção foi cultivar-lhe o amor pelo trabalho e um senso de responsabilidade que se manifestasse no cuidado com o próprio corpo, na educação dos filhos, no esforço ao realizar seu trabalho, na demonstração de amor à pátria, no respeito aos governantes. É essa a razão do discurso que defendia a erradicação da preguiça, do improvisado, do desleixo e enaltecia o corpo são, o trabalho, o esforço e o sacrifício.

Num único movimento, a ação de Janary Gentil Nunes pretendia formar o cidadão e o trabalhador no Amapá, integrando o Território Federal ao Brasil. Dentro da política traçada no contexto do Estado Novo, a sua pretensão ganha sentido e assume a sua especificidade histórica: a introdução do Amapá no âmbito da economia do capital, através da introjeção dos valores da sociedade industrial.⁵⁵

⁵⁴ Sobre a exploração mineral no Amapá ver, além da obra de Fernando Rodrigues dos Santos, BRITO, Daniel Chaves de. *Extração Mineral na Amazônia: a experiência da exploração de manganês da Serra do Navio no Amapá*. Belém, 1994. Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Pará.

⁵⁵ Sobre a formação do trabalhador, ver THOMPSON, Edward P. Op. cit.; e sobre como essa formação respeita uma construção hegemônica, GRAMSCI, Antonio. *Americanismo e Fordismo*. In: *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989, pp. 375-413.

A instalação do Estado, no Amapá, acabou por conformar uma noção particular de nação. Tendo sido ele mesmo, o Estado, a instância máxima do processo de constituição do espaço regional – determinava a produção, formava, disponibilizava e empregava a mão-de-obra, produzia e distribuía a riqueza – terminou por associar a nação não ao povo, aos seus valores, a um caráter qualquer, mas ao próprio Estado. Não foi o jeito, o espírito, a cordialidade, nem o domínio da *malemolência*, do *ziriguidum*, do *teleco-teco* ou do *balaco-baco* o que fez o nacional, mas a relação com o Estado.

Sugiro, aqui, uma hipótese a ser aprofundada: a nacionalidade formulada nos primeiros anos do Território Federal do Amapá se constituiu em função do Estado. Ser caboclo ou ser brasileiro variou de acordo com a distância mantida em relação ao aparelho estatal – quanto mais próximo, mais brasileiro. O Estado, portanto, não era o lugar da impessoalidade, não se constituiu em uma entidade que representava os vários segmentos sociais, na sua diversidade. O Estado tinha um rosto, era uma pessoa, daí que, por conseguinte, a nacionalidade acabava por ser vivida na relação com essa pessoa.

Essas são, contudo, proposições iniciais de uma pesquisa sobre um objeto cujos contornos ainda não foram definidos, porque não podem ser vislumbrados diante do acanhado volume de estudos sobre a complexidade da vida na fronteira. Cabe, assim, aos historiadores, ampliar o seu horizonte de pesquisa, e refletir sobre o horizonte mais amplo que forma o Brasil. Em outras palavras, ampliar as fronteiras da história e assumir a análise dos diversos caminhos que formaram o Brasil.

FONTES PRIMÁRIAS

Amapá (periódico) - 1945-1950.

TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ. Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá, em 1944, apresentado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República pelo Capitão JANARY GENTIL NUNES, Governador do Território. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: HUCITEC, Brasília: Ed UnB, 1993.
- _____. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- _____. **Questões de literatura e de estética (A teoria do romance)**. São Paulo: Ed. UNESP, 1993.
- BRITO, Daniel Chaves de. **Extração mineral na Amazônia: a experiência da exploração de manganês da Serra do Navio no Amapá**. Belém, 1994. Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Pará.
- DA MATTA, Roberto da. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- GOMES, Angela de Castro. **A Política Brasileira em Busca da Modernidade: na fronteira entre o público e o privado**. In: SCHWARCZ, Lilia Moriz. **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.
- GRAMSCI, Antonio. **Americanismo e Fordismo**. In: **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- LENHARO, Alcir. **Colonização e trabalho no Brasil**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1986.
- _____. **Sacralização da política**. Campinas: Papyrus, 1986.
- REIS, Eliza P. **O Estado Nacional como Ideologia: o caso brasileiro**. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988.
- SANTOS, Fernando Rodrigues dos. **História do Amapá – da autonomia territorial ao fim do jananismo: 1943-1970**. Macapá: O Dia, 1998.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1987.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- STROZENBERG, Ilana. **Aquarela do Brasil**. Rio de Janeiro, 1997. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VAN DIJK, T. A. **Racism and the press**. London: Routledge, 1991.
- VESENTINI, Carlos Alberto. **A instauração da temporalidade e a (re)fundação na história: 1937 e 1930**. **Revista Tempo Brasileiro**, 87: 104/121, out.-dez, 1986.